



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003912-34.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Luciane Napolitano Laurentino da Silva**
 Requerido: **CPFL COMPANHIA PAULISTA DE LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja a impedir a ré de interromper o fornecimento de energia elétrica para ela, dispondo-se a pagar os débitos que possui a esse título na forma que detalhou.

A pretensão deduzida não pode prosperar.

Isso porque a própria autora reconheceu sua condição de devedora da ré relativamente a faturas emitidas pelo uso de energia elétrica.

Tal circunstância, máxime em face da circunstância de que as faturas tiveram vencimentos recentes, autoriza a ré a cessar o serviço a seu cargo.

Por outro lado, e não obstante a difícil situação econômica da autora, a possibilidade de composição com a ré para a quitação desse débito dependeria de ajuste entre ambas sobre como isso poderia implementar-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Fica clara, em consequência, a inviabilidade de impor à ré a resolução da questão nos moldes tencionados pela autora, de sorte que sob qualquer ângulo de análise a pretensão deduzida não merece acolhimento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**